

# ENTREVISTA // NICOLÁS MADURO

## Chanceler venezuelano diz que prazo para entrada no Mercosul é “interno”, não uma imposição ao Brasil

ALON FEUERWERKER  
DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, 44, desembarcou na semana passada em Brasília com um discurso conciliador. Maduro veio participar da 3ª reunião ministerial do Focalal (Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste) e tinha a missão de reduzir a

temperatura nas relações com o Brasil. Elas foram chacoalhadas nos últimos meses pelo conflito verbal do presidente venezuelano, Hugo Chávez, com o Senado brasileiro em torno da não renovação da concessão da rede venezuelana RCTV e pelo suposto ultimato de Chávez para o Congresso brasileiro ratificar a entrada da Venezuela no Mercosul. Há ainda um conjunto de pontos que causam tensão entre Caracas e Brasília, como o

reequipamento das Forças Armadas venezuelanas com material bélico da Rússia e a dura oposição de Chávez à idéia de transformar em combustível o etanol obtido a partir de alimentos.

Para discutir alguns dos temas envolvidos nas relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela, o chanceler Maduro recebeu o *Correio* na embaixada de seu país na noite da última quarta-feira, por cerca de uma hora. O discurso conciliador de Maduro

pode ser conferido na entrevista abaixo. O chanceler diz que Chávez jamais deu um ultimato ao Brasil sobre a adesão ao Mercosul, que o bate-boca com o Senado deve ficar para trás, que a oposição venezuelana ao etanol derivado de milho não impede que eles comprem álcool de cana-de-açúcar produzido pelos brasileiros e que a Venezuela busca material bélico russo porque os Estados Unidos se negam a fornecer peças de reposição

para as armas americanas que hoje equipam as Forças Armadas do seu país. Maduro falou também sobre a reforma constitucional que permitirá a reeleição do presidente por um número ilimitado de mandatos. “Nesse debate, não se fala que na nossa Constituição existe a possibilidade de o povo retirar o presidente do poder no meio do mandato. Ou seja, tanto para reeleger como para depor a soberania real será do povo.”

# Vizinhos em paz

Em que ponto exatamente se encontra o processo de entrada da Venezuela no Mercosul?

O ingresso da Venezuela no Mercosul parte de uma vontade e de uma consciência política muito claras do presidente Chávez. Um de seus primeiros atos depois de eleito, em 1998, foi vir ao Brasil e iniciar o processo de conversações para entrar no bloco. O presidente conduziu pessoalmente as negociações que tiveram como resultado a assinatura do protocolo de adesão ao Mercosul, em julho de 2006, em Caracas. Imediatamente, iniciou-se sua aprovação pelos congressos dos cinco países que firmaram o documento. Ele já foi ratificado pelos parlamentos do Uruguai, da Argentina e da Venezuela. Faltam o Brasil e o Paraguai. No encontro de que participamos esta semana em Brasília, do Focalal, o presidente Lula reafirmou a decisão de avançar na aprovação do protocolo.

Desencontros verbais geraram turbulência política nesse processo. Essa turbulência foi superada ou ainda restam problemas políticos?

Consideramos que os debates que se dão em determinada conjuntura devem permanecer restritos a essa conjuntura. No caso a que você se refere, quando o presidente Chávez saiu em defesa do caráter soberano e legal de uma medida interna (a não renovação da concessão da RCTV), de uso exclusivo dos venezuelanos, o debate que foi gerado nessas circunstâncias deve ser superado. Efetivamente, o que se está discutindo no caso da adesão da Venezuela ao Mercosul é um tema que já consome vários anos de avaliação política. Já faz 14 meses que os presidentes assinaram o protocolo.

O presidente Chávez colocou setembro como data-limite para a ratificação pelo Congresso brasileiro da adesão da Venezuela ao Mercosul. O seu país mudou de posição sobre esse assunto?

Sobre esse tema, houve manipulação e má interpretação. Houve manipulação quando se afirmou que o presidente Chávez teria colocado um prazo para o Congresso do Brasil, um ultimato. Isso nunca aconteceu. E houve também má interpretação de alguns setores que não leram completamente as declarações do presidente Chávez. O presidente disse de maneira muito clara que o nosso governo vem avaliando a aprovação do protocolo de adesão nos dois parlamentos que ainda faltam. E que nós, internamente, marcaríamos um prazo, setembro, para esperar até lá. No caso de a nossa adesão não ser aprovada até essa data, nós teríamos a opção de retirar a solicitação para a entrada no Mercosul. O prazo é para nós mesmos, é um prazo interno para o governo da Venezuela, dado que nós precisamos de decisões, porque a nossa entrada no Mercosul tem implicações de curto, médio e longo prazos na nossa vida econômica. Quando o presidente Chávez fez aquelas afirmações, foi por considerar prudente a data de setembro. Mais recentemente, o presidente Chávez flexibilizou, afirmou que nós aspiramos a que até dezembro — quando vai se realizar

Kleber Lima/CB



“ EM NENHUM MOMENTO A AQUISIÇÃO DE ARMAS PELA VENEZUELA REPRESENTA UM PERIGO PARA OS NOSSOS VIZINHOS. AO CONTRÁRIO. A VENEZUELA TEM HOJE, MAIS DO QUE NUNCA, UMA DOCTRINA MILITAR SUL-AMERICANISTA, LATINO-AMERICANISTA ”

em Montevideu a cúpula presidencial do Mercosul — já tenha sido obtida a aprovação de todos.

Há informações sobre resistências de setores empresariais em seu país, que se opõem ao mercado comum pelo temor da concorrência dos produtos brasileiros.

O apoio político e empresarial para entrarmos no Mercosul tem sido total. Em todas as etapas do processo, temos mantido um diálogo com todos os setores econômicos. Vemos a entrada no Mercosul como uma oportunidade para o desenvolvimento. Importantes grupos empresariais brasileiros podem falar sobre a nossa conduta transparente e a nossa seriedade no trato com os investidores brasileiros. E podem testemunhar sobre como há na Venezuela uma segurança jurídica absoluta, sobre como há garantias totais para o investimento e também sobre as relações de cooperação entre o presidente Chávez, o governo venezuelano e os capitais brasileiros. Capitais que se articularam perfeitamente com os empresários venezuelanos. Isso é a demonstração mais clara de que uma aliança econômica entre nossos países e nossos empresários é possível.

O Brasil vem fazendo um grande esforço para expandir a plataforma do etanol como biocombustível global. Esse movimento do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva encontrou críticas no governo venezuelano.

Em todo o mundo, importantes cientistas e líderes políticos têm uma visão crítica a respeito de onde vai nos levar a produção de alguns biocombustíveis, particularmente no caso do milho. A experiência com o milho como fonte de biocombustível tem sido nefasta na América Latina, particularmente na América Central, onde é um componente básico da dieta. Encareceu as terras, encareceu o produto e levou à sua escassez. Essa é uma reflexão que faz parte de um debate democrático. Penso que é possível produzir algum tipo de biocombustível, com base na cana-de-açúcar, para substituir uma parte pequena da gasolina. A Venezuela compra do Brasil etanol produzido a partir da cana-de-açúcar e estamos montando algumas empresas para produzir o etanol estritamente necessário. É um tema para debate. Não é um tema para o confronto, nem para a divisão.

A Venezuela adquiriu recentemente novos equipamentos militares, entre eles aviões para a sua Força Aérea. Isso não poderia representar uma ameaça potencial para a manutenção do equilíbrio de forças na região?

A Venezuela está fazendo uma atualização de suas Forças Armadas. Estamos substituindo as velhas armas que se tornaram obsoletas, armas com 20 ou 30 anos de fabricação. Em segundo lugar, precisamos substituir as armas que usam tecnologia norte-americana.

O governo dos Estados Unidos decretou quase um bloqueio contra nós, em tudo que tem a ver com armas. Não queremos nos vender peças sobressalentes para os caças F-16. Não queremos vender peças sobressalentes para os fusis. Então o que há é uma atualização tecnológica, voltada para fornecedores como Rússia e China, o que nos permite independência, porque há transferência de tecnologia. Em nenhum momento a aquisição de armas pela Venezuela representa um perigo para os nossos vizinhos. Ao contrário. A Venezuela tem hoje, mais do que nunca, uma doutrina militar sul-americanista, latino-americanista. Nós estamos, inclusive, de acordo com a necessidade de uma aliança continental no campo militar, que permita compartilhar experiências na formação de nossos profissionais para as Forças Armadas, numa estratégia comum de segurança e estabilidade. Ao contrário do que dizem as campanhas que procuram despertar receio e medo em relação à Venezuela, nós podemos dizer aos nossos irmãos das Forças Armadas do continente sul-americano que hoje há na Venezuela Forças Armadas soberanas, independentes e com uma visão bolivariana, autônoma. Prontas a compartilhar a nossa experiência e a construir uma estratégia comum de defesa e segurança para nossa região.

A reforma constitucional que o presidente Chávez acaba de propor estabelece a possibilidade de reeleições ilimitadas do presidente da

República. Isso não é da nossa tradição sul-americana.

Em primeiro lugar, trata-se de uma reforma integral da Constituição. Há medidas revolucionárias, como a redução da jornada semanal de trabalho para 36 horas. Além disso, hoje, cerca de metade da nossa população trabalha na economia informal, sem qualquer tipo de proteção social. A reforma vai dar proteção social e estabilidade a esses trabalhadores, por meio de um fundo de seguridade social constitucional. Todas as trabalhadoras da economia informal terão agora pleno direito à sua licença-maternidade, e todos terão férias e aposentadoria. Há também um conjunto de reformas no campo político que permitem a descentralização do poder, do orçamento e das decisões políticas diretamente para as comunidades. Nossa Constituição já afirma que a soberania pertence ao povo e não é delegável. Trata-se de superar o velho conceito de democracia representativa, na qual o cidadão é apenas um eleitor que delega poder ao representante e o representante faz o que quer com o poder. Na nossa democracia social, o orçamento e as grandes decisões nacionais terão a participação das comunidades. Na reforma, o povo terá o direito de reeleger continuamente o presidente. Você disse na sua pergunta que a possibilidade de reeleições contínuas rompe com uma tradição. Eu diria que este modelo que se está criando na Venezuela delega a soberania real ao povo, até porque na Venezuela existe o direito revogatório. Além disso, na Venezuela não se pode reformar a Constituição sem passar por um referendo. Neste momento estamos na etapa de debates públicos, o povo venezuelano está debatendo a Constituição e em dezembro será chamado a votar o novo texto. Em qualquer eleição presidencial, ou para outro cargo qualquer, a oposição sempre poderá apresentar suas candidaturas. E se alcançar a presidência da República poderá postular continuamente a reeleição.

Qual é o sentido de o presidente Hugo Chávez colocar-se como intermediário, como negociador entre o governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) para a libertação de reféns da guerrilha?

O presidente da Colômbia designou uma senadora do Partido Liberal como facilitadora ante as Farc para conseguir uma troca humanitária de pessoas que estão em cativeiro, sequestradas pelas Farc, e um conjunto de membros das Farc detidos pelo governo da Colômbia. A senadora designada pelo presidente (Álvaro Uribe) foi à Venezuela e pediu apoio ao presidente Chávez. Os dois presidentes conversaram sobre o assunto. E não é a primeira vez que isso acontece. Venezuela e Cuba têm servido, de maneira prudente, como base de operações para as negociações entre o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o governo colombiano. No caso do ELN, as negociações estão mais avançadas rumo à deposição das armas pelos guerrilheiros no âmbito de um acordo de paz. Nossa participação em todos esses processos se dá com a plena autorização do governo da Colômbia.